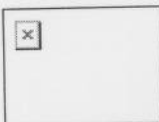




**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
Rua Presidente Kennedy, 20, São Sebastião, Brumadinho / MG. CEP: 35.460-000  
CNPJ: 18.363.929/0001-40 Tel./Fax: (31) 3571 3008

---

# Anexo 2: Lei Orgânica Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

*Praça da Paz Carmem de Oliveira Gonçalves – S/Nº – São Conrado – Brumadinho - MG - CEP: 35.460-000*

## TÍTULO I DIPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - O Município de Brumadinho, do Estado de Minas Gerais integra, com autonomia político administrativa, a Republica Federativa do Brasil, como participante do estado democrático de direito, comprometendo-se a respeitar, valorizar e promover seus fundamentos básicos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

**Art. 2º** - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, nos termos das constituições Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.

**Art. 3º** - Constituem, em cooperação com a união e o Estado, objetivos fundamentais do Município:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, crença, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- V - garantir a efetivação dos direitos, individuais e sociais.

**Parágrafo único** – O Município buscará a integração e a cooperação com outros municípios para a consecução dos seus objetivos fundamentais, além das previstas no caput deste artigo.

**Art. 4º** - É mantido o atual território do município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da constituição do estado.

**Art. 5º** - O território do município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei municipal, observada a legislação estadual e o disposto nesta Lei Orgânica.

**§ 1º** - a criação do distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos do art. 6º desta Lei Orgânica.

**§ 2º** - a organização político- administrativa do município compreende a cidade, os distritos e subdistritos.

**I** - a cidade de Brumadinho é a sede do Município.

**II** - os distritos e subdistritos tem nomes das respectivas sedes, cuja categoria é a vila.

**Art. 6º** - São requisitos para criação de distrito:

**I** - população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para criação de município;

**II** - existência, na povoação-sede, de pelo menos cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial;

**§ 1º** - A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

**a)** declaração emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa da população;

**b)** certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

**c)** certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do município, certificando o número de moradias;

**d)** certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

**e)** certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e Segurança Pública do Estado, certificando a existência de escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação sede.

**§ 2º** - na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

**I** - evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

**II** - dar-se-á preferência para delimitação às linhas naturais, facilmente identificáveis;

**III** - na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

**IV** - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

**§ 3º** - As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar publicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

**§ 4º** - A alteração da divisão administrativa do município pode ser feita quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

~~**§ 5º** - Cabe ao Juiz Direito da Comarca instalar o distrito. (Suprimido pela emenda 04)~~

**Art. 7º** - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

**Art. 8º** - O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e outros recursos minerais de seu território.

**Art. 9º** - A lei municipal poderá instituir a administração distrital e regional, de acordo com o princípio de descentralização administrativa.

## **TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**Art. 10** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Município, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

**§ 1º** - Nenhuma pessoa será discriminada, ou de qualquer forma prejudicada, pelo fato de litigar com órgão ou entidade municipal, no âmbito administrativo ou judicial.

**§ 2º** - Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão ou entidade da administração pública, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de sessenta dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício do direito constitucional.

**§ 3º** - Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou a decisão motivados.

**§ 4º** - Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público, ressalvada aquela cujo sigilo seja, temporariamente, imprescindível à segurança da sociedade e do Município, nos termos da lei, que fixará também o prazo em que deva ser prestada a informação.

**§ 5º** - Independe de pagamento de taxa ou de emolumentos ou de garantia de instância, o exercício de direito de petição ou representação, bem como a obtenção de certidão, no prazo máximo de trinta dias, para a defesa de direitos ou esclarecimentos de interesse pessoal ou coletivo.

**§ 6º** - É direito de qualquer cidadão e entidade legalmente constituída denunciar às autoridades competentes, a prática, por órgão ou entidade pública ou por empresas concessionárias de serviços públicos, de atos lesivos aos direitos dos usuários, cabendo ao poder público apurar sua veracidade, ou não e aplicar as sanções, sob pena de responsabilidade.

**§ 7º** - Será punido nos termos da lei, o agente público que, no exercício de suas atribuições e independentemente da função que exerça, violar direito constitucional do cidadão.

**§ 8º** - Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente que, no Município, é o Prefeito ou aquele a quem delegar a atribuição.

**§ 9º** - O Poder Público Municipal coibirá todo e qualquer ato discriminatório em seus órgãos e entidades, e estabelecerá formas de punição, como cassação de alvará, a clubes, bares e outros estabelecimentos que pratiquem tais atos.

**§ 10º** - Ao município é vedado:

I – estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-los, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou de aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé a documento público;

III – criar distinção entre brasileiros ou preferência em relação as demais unidades da federação.

**TITULO III  
DO MUNICIPIO  
CAPITULO I  
DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO  
SEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11** – O governo municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

**Parágrafo único** – É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, e quem for investido nas funções de um deles não poderá exercer o de outro, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica.

**Art. 12** – A autonomia do Município se configura, especialmente, pela:

I – elaboração e promulgação da Lei Orgânica;

II – eleição do prefeito, vice-prefeito e Vereadores;

III – organização de seu governo e administração.

## **SEÇÃO II**

### **DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 13** – Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local, objetivando o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e a garantia do bem estar de seus habitantes.

**Art. 14** – Compete ao Município:

**I** – manter relações com a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os demais Municípios;

**II** – organizar, regulamentar e executar seus serviços administrativos;

**III** – firmar acordo, convênio, ajuste e instrumento congênere;

**IV** – difundir a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia;

**V** – proteger o meio ambiente;

**VI** – instituir, decretar e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas receitas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes;

**VII** – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

**VIII** – promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo;

**IX** – administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças, e dispor de sua aplicação;

**X** – estabelecer servidões administrativas e, em caso de iminente perigo ou calamidade públicas, usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

**XI** – associar-se a outros municípios do mesmo complexo geoeconômico e social, mediante convênio previamente aprovado pela Câmara, para a gestão, sob planejamento, de funções públicas ou serviços de interesse comum, de forma permanente ou transitória;

**XII** – cooperar com a união e o estado, nos termos de Convênio ou Consórcio previamente aprovados pela câmara, na execução de serviços e obras de interesse para o desenvolvimento local;

**XIII** – participar, autorizado por lei municipal de criação de entidade intermunicipal para realização de obra, exercício de atividade ou execução de serviço específico de interesse comum;

**XIV** – interditar edificações em ruínas ou em condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem ruir;

**XV** – regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

**XVI** – regulamentar e fiscalizar, na área de sua competência, os jogos esportivos, os espetáculos e os divertimentos públicos;

**XVII** – fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte de gênero alimentício e produto farmacêutico, destinados ao abastecimento público, bem como de substância potencialmente nociva ao meio ambiente, à saúde e ao bem estar da população;



**XVIII** – licenciar estabelecimento industrial, comercial e outros e cassar o alvará de licença dos que se tornarem danosos ao meio ambiente, à saúde e ao bem estar da população;

**XIX** – fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos referidos no inciso anterior;

**XX** – promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou em desacordo com a lei;

**XXI** – estabelecer e impor penalidades por infração e suas leis e regulamentos.

**Art. 15** – É competência do Município, comum à União e ao Estado:

**I** – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

**II** – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiências;

**III** – fomentar as atividades econômicas e estimular, particularmente, o melhor aproveitamento da terra;

**IV** – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

**V** – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

**VI** – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

**VII** – preservar as florestas, a fauna e flora;

**VIII** – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

**IX** – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e saneamento básico;

**X** – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

**XI** – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

**XII** – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

**Art. 16** – Ao dispor sobre assuntos de interesse local, compete, entre outras atribuições, ao município:

**I** – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, prevendo a receita e fixando a despesa com base em planejamento adequado;

**II** – instituir regime único para os servidores da administração direta e indireta, autarquias e fundações públicas, e planos de carreiras;

**III** – constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

**IV** – estabelecer convênios com os Poderes Públicos para a cooperação na prestação dos serviços públicos e execução de obras públicas;

**V** – dispor sobre aquisição, gratuita ou onerosa, de bens, inclusive por desapropriação, por necessidade ou utilidade pública e interesse social;

**VI** – elaborar o plano diretor;

**VII** – estabelecer limitações urbanísticas e fixar as zonas urbanas e de expansão urbana;

**VIII** – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

**a)** prover sobre o trânsito e o tráfego;

**b)** prover sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas;

**c)** fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites das zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

**d)** prover sobre o transporte individual de passageiros, fixando os locais de estacionamento e as tarifas do transporte individual público;

**e)** disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar tonelage máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

**f)** disciplinar a execução dos serviços e atividades neles desenvolvidos.

**IX** – dispor sobre melhoramentos urbanos, inclusive na área rural, consistentes no planejamento e na execução, conservação e reparos de obras públicas;

**X** – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais e regularmente e fiscalizar a sua utilização;

**XI** – prover o saneamento básico, notadamente abastecimento de água e aterro sanitário;

**XII** – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais;

**XIII** – dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;

**XIV** – dispor sobre o depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

**XV** – dispor sobre o registro vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

### **SEÇÃO III DO DOMÍNIO PÚBLICO**

**Art. 17** – Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao município.

**Art. 18** – Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitadas a competência da câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.



**Art. 19** – Aquisição de bem imóvel, a título oneroso, depende de avaliação prévia e de autorização legislativa.

**Art. 20** – São inalienáveis os bens públicos não edificados, salvo os casos de implantação de programa de habitação popular, mediante autorização legislativa.

**§ 1º** - São também inalienáveis os bens imóveis públicos, edificados ou não, utilizados pela população em atividade de lazer, esporte e cultura, os quais somente poderão ser destinados a outros fins se o interesse público o justificar e mediante autorização legislativa.

**§ 2º** - A alienação de bem imóvel público edificado, ressalvado o disposto no parágrafo anterior, depende de avaliação prévia, licitação e aprovação legislativa.

**§ 3º** - A autorização legislativa mencionada no artigo é sempre prévia e depende do voto da maioria dos membros da Câmara.

**Art. 21** – Os bens de patrimônio municipal devem ser cadastrados, zelados e tecnicamente identificados, especialmente as edificações de interesse administrativo, as terras públicas e a documentação dos serviços públicos.

**Art. 22** – O disposto nesta seção se aplica às autarquias e às fundações públicas.

#### **SEÇÃO IV DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS**

**Art. 23** – No exercício de sua competência para organizar e regulamentar os serviços públicos e de utilidade pública de interesse local, o município observará os requisitos de comodidade, conforto e bem estar dos usuários.

**Art. 24** – Lei Municipal disporá sobre a organização, funcionamento e fiscalização dos serviços públicos e de utilidade pública de interesse local, prestados sob regime de concessão ou permissão, incumbindo aos que os executarem, sua permanente atualização e adequação as necessidades dos usuários.

**§ 1º** - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos desde que:

- I – sejam executados em desconformidade com o termo ou contrato, ou que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários;
- II – haja ocorrência de paralisação unilateral dos serviços por parte dos concessionários ou permissionários;
- III – seja estabelecida a prestação direta do serviço pelo município;

**§ 2º** - A permissão de serviço de utilidade pública, sempre a título precário, será autorizada por decreto, após edital de chamamento de interessados para a escolha do melhor pretendente, procedendo-se às licitações com estrita observância da legislação federal e estadual pertinente.

**§ 3º** - a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, observada a legislação específica de licitação e contratação.

**§ 4º** - os concessionários e permissionários sujeitar-se-ão à regulamentação específica e ao controle tarifário do município.

**§ 5º** - Em todo ato de permissão ou contrato de concessão, o município se reservará o direito de averiguar a regularidade do cumprimento da legislação trabalhista pelo permissionário ou pelo concessionário.

**Art. 25** – A lei disporá sobre:

I – o regime dos concessionários e permissionários de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão.

II – os direitos dos usuários;

III – a política tarifária;

IV – obrigação de manter o serviço adequado;

V – as reclamações relativas a prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI – tratamento especial em favor do usuário de baixa renda.

**Parágrafo único** – É facultado ao poder público ocupar e usar temporariamente bens e serviços, na hipótese de iminente perigo ou calamidade públicos, assegurada indenização ulterior, se houver dano.

**Art. 26** – A competência do município para realização de obras públicas abrange:

I – a construção de edifícios públicos;

II – a construção de obras e instalações para implantação e prestação de serviços necessários ou úteis às comunidades;

III – a execução de quaisquer outras obras destinadas a segurar a funcionalidade e o bom aspecto da cidade.

**§ 1º** - A obra pública poderá ser executada diretamente por órgão ou entidade da administração pública e, indiretamente por terceiros, mediante licitação.

**§ 2º** - A execução direta de obra pública não dispensa a licitação para aquisição do material a ser empregado.

**§ 3º** - A realização de obra pública municipal deverá estar adequada ao plano diretor, ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias e será precedida do projeto elaborado segundo as normas técnicas adequadas.

**§ 4º** - A construção de edifícios e obras públicas obedecerá aos princípios de economicidade, simplicidade e adequação ao espaço circunvizinho e ao meio ambiente e se sujeitará às exigências e limitações constantes do código de obras.

**§ 5º** - A Câmara manifestar-se-á, previamente, por maioria de seus membros, sobre a construção de obra pública pela união ou pelo estado, no território do município

## **SEÇÃO V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Art. 27** – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. **(Redação dada pela Emenda 05)**

**§ 1º** - A moralidade e a razoabilidade dos atos do poder público serão apuradas, para efeito de controle e invalidação em face dos dados objetivos em cada caso.

**§ 2º** - O agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.

**Art. 28** – A administração pública direta é a que compete a órgão de qualquer dos poderes do município.

**Art. 29** – A administração pública indireta é a que compete:

- I – à autarquia;
- II – à sociedade de economia mista;
- III – à empresa pública;
- IV – à fundação pública;
- V – às demais entidades de direito privado, sob o controle direto ou indireto do município.

**Art. 30** – Depende de lei em cada caso:

- I – A instituição e a extinção de autarquia e fundação pública;
- II – A autorização para instituir e extinguir sociedade de economia mista e empresa pública e para alienar ações que garantam, nestas entidades, o controle pelo município;
- III – A criação de subsidiária das entidades mencionadas nos incisos anteriores e sua participação em empresa privada.

**§ 1º** - Ao município somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza de pessoa jurídica de direito público.